

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Governo busca sinais mais claros de Lewandowski sobre privatizações.....	2
Título: OIT adia para 2020 exame sobre o caso de terras indígenas no Brasil	4
Título: Energia solar cresce e ultrapassa nuclear	5
Título: Senadores definem nomes para CPI de Brumadinho	6
Título: Roraima permanece dependente de térmicas	7
Título: Destaque	8
Título: GreenYellow acelera investimentos em geração distribuída	8
Título: Grupo Cosan vai patrocinar 110 corridas de rua	10
Título: Curtas	11
Título: Petrobras capta US\$ 3 bi no exterior.....	11
Título: PetroRio prepara captação de US\$ 400 milhões na Noruega.....	13
Título: A hora e a vez das encomendas tecnológicas.....	15
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	18
Título: Lava Jato suspende fundo questionado até por Dodge.....	18
Título: Medida é saco de pancadas por dúvida legal, conflito de interesse e pontos obscuros	20
Título: » Sob nova direção.....	22
Título: Estação antártica funcionará como uma minicidade.....	23
Título: Chavismo acusa Guaidó de sabotar rede elétrica.....	24
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	25
Título: SOL EM DIFERENTES PLANOS	25
Título: Medida é saco de pancadas por dúvida legal, conflito de interesse e pontos obscuros	26

VEÍCULO: O Globo	28
Título: Que coisa feia, Petrobras.....	28
Título: Para analistas, setor precisa de mudança estrutural.....	28
Título: Reajustes nas alturas	30
Título: Idas e vindas do fundo criado pelos procuradores.....	32
Título: Dinheiro não é ressarcimento para estatal.....	32
Título: De pedra a vidraça	33

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/03/2019

Seção: Brasil

Autor: Fabio Graner e Isadora Peron | De Brasília

Título: Governo busca sinais mais claros de Lewandowski sobre privatizações

Preocupada com a insegurança jurídica em torno do processo de privatizações que pretende intensificar, a área econômica do governo já trabalha nos bastidores em conversas com o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), para entender melhor o alcance da liminar concedida por ele que determinava que a venda de empresas estatais devem ter autorização do Congresso. A preocupação da área econômica é ter garantias para efetuar as vendas de subsidiárias das grandes companhias federais, como Petrobras, Caixa e Banco do Brasil.

Nesse sentido, foi visto de forma positiva no governo federal o andamento da venda de distribuidoras da Eletrobras, a estatal do setor elétrico que também poderá ser vendida futuramente. O fato de as alienações terem ocorrido mesmo com a existência da liminar e sem um bloqueio da Justiça favorece a interpretação mais flexível da medida do ministro do Supremo.

Um novo teste, segundo uma fonte governamental, será feito em breve com a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG), uma subsidiária da Petrobras que cuida da rede de gasodutos da estatal. A intenção é que a venda dessa companhia ocorra até o fim deste mês. Se o processo tiver prosseguimento sem

ser barrado pelo Poder Judiciário, a visão de que a liminar é mais específica e circunscrita às empresas centrais se fortalece, dando mais segurança para o governo avançar com outras companhias.

Apesar da expectativa com o teste da TAG, a preocupação com o risco jurídico derivado da liminar do ministro do STF levou a área econômica a buscar contatos mais diretos com Lewandowski. E as conversas tendem a se intensificar.

"A gente acha que precisa de melhor explicação sobre o alcance da liminar. Não está claro isso para a gente e há o risco de se gerar insegurança jurídica", comentou uma fonte, destacando que esses contatos podem acabar se estendendo a outros ministros da corte, dado que processos específicos podem parar em outros gabinetes. Além disso, não se descarta que tema possa acabar sendo definido por decisão do plenário da última instância judicial.

A interlocutores que o procuraram recentemente, Lewandowski disse que a sua decisão não fala em uma lei específica para cada empresa a ser privatizada. Ou seja, bastaria a existência de uma norma geral para que as estatais possam ser vendidas.

Pelo entendimento da Advocacia-Geral da União (AGU), defendido perante o Supremo, a Lei nº 9.491/97 permitiu a venda do controle acionário de estatais federais e a Lei nº 9.619/98 incluiu expressamente as distribuidoras no Programa Nacional de Desestatização (PND), o que daria respaldo legal para essas operações.

O processo de venda de empresas que compõem esses conglomerados é um dos objetivos prioritários da gestão Paulo Guedes à frente do Ministério da Economia. A privatização dessas companhias deve ter menos impacto fiscal do que indicava o ministro porque, na prática, os recursos obtidos ficam com as empresas-mãe e o resultado para a União é apenas indireto, por meio do repasse de dividendos ou pelo recolhimento de Imposto de Renda decorrente da valorização de ações vendidas.

A tendência é que os processos envolvendo as empresas da Caixa Econômica Federal transcorram mais rapidamente, dado que o banco tem 100% de controle federal e não precisa se explicar para acionistas minoritários, como ocorre nos casos de Petrobras e BB. Neste último caso, a análise sobre a alienação, mesmo que parcial, de companhias subsidiárias deve levar em conta o potencial de retorno ao acionista.

Nesse sentido, fontes do banco sempre apontam que a operação da BB Seguridade, que tem capital aberto, embora ainda seja controlada pela

instituição federal, tem gerado perda de receita. Por isso, chegou-se, na gestão anterior, até a cogitar a recompra de ações. Hoje, alternativas como parcerias entre empresas como a BBDTVM e algum investidor internacional também estão na mesa, de forma a buscar maior eficiência e receitas para o banco.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/03/2019

Seção: Brasil

Autor: Assis Moreira | De Genebra

Título: OIT adia para 2020 exame sobre o caso de terras indígenas no Brasil

Uma comissão de especialistas independentes na aplicação de convênios e recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) adiou para o ano que vem o exame sobre como o Brasil aplica a Convenção 169, que trata de direitos dos povos indígenas.

Essa investigação tomará nova dimensão com os planos do governo Jair Bolsonaro de permitir a mineração em terras indígenas e zonas de fronteira.

O adiamento para o ano que vem seria por causa de agenda cheia. Mas permitirá ter uma ideia melhor sobre o rumo real que tomará o governo brasileiro.

Um dos principais pontos de controvérsia da Convenção 169 é sobre realização de obras em terras indígenas. O texto estabelece que nesse caso é preciso haver consultas com as comunidades indígenas. Para vários governos, a obrigação portanto é fazer uma consulta. Mas a interpretação de nações indígenas é de que elas têm que dar seu consentimento para as obras.

Em relatório divulgado recentemente, a comissão lembra que teve que esclarecer o conceito de "consulta" em 2009 e em 2011. Destacou que elas devem ser formais, plenas e se realizar de boa-fé, produzir um verdadeiro diálogo entre os governos e povos indígenas e tribais, com o objetivo de chegar a um acordo ou lograr o consentimento sobre as medidas propostas.

A comissão da OIT destaca que os povos indígenas devem participar plenamente na adoção de decisões que os afetem. Lembra que o convênio prevê a obrigação do Estado de consultar os povos indígenas cada vez que se preveem medidas legislativas ou administrativas que podem afetar-lhes diretamente e, especialmente, antes de empreender ou autorização qualquer programa de prospecção e exploração de recursos existentes em suas terras.

A OIT foi um dos principais focos de oposição ao governo de Michel Temer. E dificilmente será diferente no governo Bolsonaro. Em meados do ano, haverá a decisão do comitê de especialistas sobre se o Brasil continuará na lista de países suspeitos de violar direitos de trabalhadores com a reforma trabalhista realizada recentemente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/03/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Energia solar cresce e ultrapassa nuclear

A capacidade instalada de usinas de geração de energia solar fotovoltaica no Brasil superou a marca de 2 mil megawatts (MW) e ultrapassou a fonte nuclear no país. De acordo com dados da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), a fonte solar fotovoltaica alcançou 2.056 MW de potência instalada, o equivalente a 1,2% de todo o parque gerador brasileiro.

Com a atualização, a energia solar passou a ser a sétima maior fonte de energia elétrica do país, logo atrás do carvão (3.252 MW) e do petróleo (8.867 MW). A principal fonte da matriz elétrica brasileira é a hidrelétrica (104.343 MW), seguida por biomassa (14.768 MW), eólica (14.738 MW) e gás natural (13.369 MW).

A fonte nuclear é a oitava maior do país, com 1.990 MW, a partir das usinas de Angra 1 e 2, no Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o presidente da Absolar, Rodrigo Sauaia, o Brasil possui atualmente 73 usinas de geração centralizada de energia solar fotovoltaica, contratadas por meio de leilões realizados pelo governo federal. "Desde o primeiro leilão federal realizado em 2014, o setor solar fotovoltaico trouxe ao Brasil mais de R\$ 10 bilhões em novos investimentos privados e dezenas de milhares de empregos locais de qualidade", disse o executivo, em nota.

Segundo ele, o setor está preparado para participar dos seis leilões anunciados recentemente pelo governo federal, para este ano, 2020 e 2021. Ele acrescentou que a fonte pode contribuir para a expansão renovável da matriz elétrica a preços baixos.

Para o presidente do conselho de administração da Absolar, Ronaldo Koloszuk, a fonte solar possibilita a redução de perdas elétricas na rede nacional, a

postergação de investimentos em transmissão e distribuição e o alívio do sistema elétrico em horários de alta demanda, entre outros benefícios.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/03/2019

Seção: Brasil

Autor: De Brasília

Título: Senadores definem nomes para CPI de Brumadinho

Os senadores Carlos Viana (PSD-MG) e Jean Paul Prates (PT-RN) deverão ser confirmados, respectivamente, como presidente e relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que vai apurar as causas do rompimento da barragem da empresa de mineração Vale em Brumadinho (MG).

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), havia dado prazo até segunda-feira para que a Câmara definisse seus nomes e fosse avaliada a realização de uma CPI mista, com membros das duas Casas. Sem acordo, o Senado instalará a sua nos próximos dias.

A CPI será composta de 11 membros titulares e sete suplentes e funcionará por 180 dias.

Carlos Viana é jornalista e está em seu primeiro mandato como senador por Minas Gerais. Jean Paul Prates era suplente e entrou na vaga neste ano após a titular Fátima Bezerra (PT-RN) assumir o governo do Rio Grande do Norte.

Folhas de papel com os nomes de mais de cem desaparecidos na tragédia de Brumadinho (MG) foram colocadas no muro do Instituto Médico Legal (IML) de Belo Horizonte na manhã de ontem durante um protesto organizado por familiares das vítimas.

Após 47 dias do rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, os manifestantes reclamam que precisam buscar informações por conta própria e questionam a demora para a produção dos laudos de identificação.

Segundo a última atualização da Defesa Civil de Minas Gerais, a tragédia deixou 200 mortos e 108 desaparecidos até o momento.

Desde o início dos resgates no local da tragédia, o IML registrou 424 casos, o que inclui corpos completos e segmentos de corpos das vítimas. Destes, 251 foram solucionados e ajudaram a identificar os 201 mortos. Outras 173 vítimas ainda estão em processo de identificação. **(Vandson Lima, com Folhapress)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 13/03/2019****Seção: Brasil****Autor: Agência Brasil, de Brasília****Título: Roraima permanece dependente de térmicas**

Mesmo com o retorno da energia elétrica na Venezuela, o estado de Roraima, cuja maior suprimimento elétrico é feito pelo país vizinho, segue abastecida por usinas térmicas. De acordo com a Roraima Energia, subsidiária da Eletrobras responsável pela distribuição de energia no Estado, não há previsão de que o suprimimento energético da Venezuela seja retomado.

Desde o apagão da semana passada, que deixou cerca de 90% da Venezuela sem energia, incluindo Caracas, o abastecimento em Roraima está a cargo de cinco usinas termelétricas.

Roraima é o único Estado brasileiro que está desconectado do sistema elétrico nacional. Metade de seu suprimimento de energia vem da hidrelétrica de Guri, através de uma linha de transmissão inaugurada em 2001 pelos então presidentes Hugo Chávez e Fernando Henrique Cardoso.

Antes do apagão, a importação de energia elétrica da Venezuela era de apenas 30 MW (megawatts) durante o dia, e o resto era suprido por usinas térmicas brasileiras. À noite, o volume aumentava para 120 MW.

Com o novo cenário, a Roraima Energia avalia que o acionamento das termelétricas consome diariamente cerca de 1 milhão de litros de óleo combustível. Para dar conta da demanda, uma operação logística foi montada pelo Ministério de Minas e Energia e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para levar caminhões com diesel para as usinas.

O acionamento das térmicas é absorvido por um subsídio nas contas de luz, a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC).

Segundo estimativas da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o aumento no subsídio para dar conta do custo anual de operação do sistema Boa Vista, com e sem a importação da Venezuela, seria de aproximadamente R\$ 684 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 13/03/2019****Seção: Empresas****Autor:****Título: Destaque**

Minério sobe 1,7%

A tonelada do minério de ferro com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao avançou 1,7% ontem, para US\$ 85,25, segundo a publicação especializada "Fastmarkets MB".

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 13/03/2019****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: GreenYellow acelera investimentos em geração distribuída**

Em meio às expectativas de mudanças nas regras da geração solar distribuída, a GreenYellow, controlada do grupo francês Casino na área de eficiência energética, vai acelerar investimentos e aportar R\$ 300 milhões neste ano no Brasil. O montante é relevante para o segmento em que a empresa atua, na qual os projetos são de pequeno porte. Para se ter uma ideia, desde que a GreenYellow se instalou no Brasil, em 2013, investiu R\$ 340 milhões no país.

No fim de 2018, a GreenYellow recebeu um aporte de € 150 milhões com a entrada de dois novos sócios, a gestora francesa Tikehau Capital e o banco de fomento francês Bpifrance. Com o investimento, ambos passaram a deter uma fatia de 24% do capital da companhia, e a controlada do Casino passou a ter espaço para investir mais de € 1 bilhão nos próximos cinco anos.

"Isso dá força para podermos reforçar e continuar nossos investimentos", disse, em entrevista ao **Valor**, Pierre-Yves Mourgue, presidente da companhia no Brasil.

A companhia está construindo, atualmente, quatro plantas de geração solar distribuída remota de 5 megawatts (MW) cada, duas em Goiás, uma em Pernambuco e outra no Piauí. Além disso, está finalizando acordos para outras seis plantas também de 5 MW cada, duas no Paraná, duas em São Paulo e duas no Rio de Janeiro.

Com isso, serão 50 MW construídos em 2019, por meio de fazendas remotas. Nesses projetos, a energia é injetada na rede e revertida em desconto na conta de luz dos clientes que investiram nos empreendimentos, desde que a geração e o consumo estejam dentro da mesma área de concessão. No modelo de negócios da GreenYellow, os investimentos são todos feitos pela companhia, desde a engenharia do projeto, compra e instalação dos painéis solares, além da operação e manutenção dos ativos. Os clientes pagam o serviço com a economia registrada.

Companhia já tem contratos para construir 50 MW em projetos de geração solar distribuída no país neste ano

A entrada dos novos sócios deu fôlego para a GreenYellow aumentar investimentos, e também para que a companhia reduza a dependência de clientes do grupo Casino. Desde o fim do ano passado, a empresa de energia deixou uma sala pequena dentro da sede do Grupo Pão de Açúcar (GPA) e passou a ocupar dois andares de um edifício empresarial na Alameda Santos, na capital paulista. "Saímos do GPA e cada vez mais vamos sair do GPA", disse Mourgue.

A relação com o controlador ajudou a companhia a se tornar conhecida no Brasil, mas a tendência é que sua carteira de clientes se diversifique cada vez mais. A companhia já garantiu contratos para implementar eficiência nas lojas da rede francesa Leroy Merlin no Brasil, além de outras redes de supermercados e varejo e um galpão industrial. No fim de 2016, a GreenYellow tinham cerca de 250 contratos de eficiência. Hoje, são cerca de 800, com o objetivo de manter um número de 300 novos por ano.

Dos R\$ 300 milhões que serão investidos, cerca de R\$ 200 milhões irão para os projetos de geração solar, e os R\$ 100 milhões restantes devem servir de reforço nos negócios de eficiência, que envolvem projetos luminotécnicos com luminárias de LED, mudanças em sistemas de resfriamento e aquecimento, e uso de novas tecnologias para reduzir ao máximo o consumo de energia.

Apesar do investimento expressivo em geração projetado para este ano, Mourgue disse que o cenário para os próximos anos ainda é incerto nesse segmento de atuação. O motivo é que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) está, neste momento, discutindo mudanças na resolução normativa 482, que determina as regras da geração distribuída.

"Estamos correndo para instalar, operar e conectar os 50 MW, o que é um grande desafio. Ao mesmo tempo, acompanhamos as audiências públicas da Aneel para saber o que será definido. Não temos resposta, não sabemos como vai funcionar", disse o executivo.

Se todos os empreendimentos em construção forem concluídos e conectados na rede das distribuidoras até o fim deste ano, as regras atuais permanecerão vigentes durante a duração dos contratos. Hoje, os inversores podem ser usados por até 25 anos. Uma das mudanças em discussão vai reduzir o tempo de uso dos inversores para 10 anos, o que, segundo Mourgue, vai reduzir drasticamente o retorno de investimentos em geração distribuída. "Se você tem 25 anos ou 10 anos para amortizar seu investimento, muda tudo", disse.

A questão está em discussão em audiência pública na Aneel e as mudanças devem ficar claras até o meados do ano. "Mas as decisões estão sendo tomadas agora. Hoje, sabemos que [geração distribuída] é um bom negócio. Depois, não sabemos", disse Mourgue.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: Grupo Cosan vai patrocinar 110 corridas de rua

O grupo Cosan, do empresário Rubens Ometto, lança nesta sexta-feira sua primeira campanha publicitária em 80 anos de fundação. O objetivo é vincular mais o nome Cosan aos de seus vários negócios, que vão de distribuição de combustíveis a logística ferroviária. A companhia quer ampliar a visibilidade da marca Cosan, que continua muito associada a uma produtora (usina) de açúcar e etanol.

O mote da campanha será "Eu sonho e corro atrás". A Cosan decidiu não revelar o valor que a holding e suas empresas controladas - Raízen, Comgás, Rumo e Moove - vão desembolsar nesse projeto, que será atrelado a um programa de patrocínio de corridas de ruas - as tradicionais maratonas - em todo o país.

No todo, a Cosan e as controladas vão patrocinar 110 provas de corridas de rua no país (1,4 mil quilômetros) entre este ano e 2021, entre elas as maratonas de São Paulo, Rio de Janeiro, Florianópolis, Curitiba, São Silvestre e Volta da Pampulha (Belo Horizonte).

A razão da escolha por corridas de rua, afirmou Marcos Lutz, presidente do grupo Cosan, é que esse esporte é um dos mais praticados atualmente. "Por isso, tornou-se a ideia âncora de comunicação na companhia. "A Cosan quer ser líder em patrocínio de corridas de rua", informou. A campanha foi criada em parceria pela Loures e pela N Ideias, de Nizan Guanaes.

O grupo Cosan tem investimentos em vários setores - do agronegócio a logística. É dono de 50% da Raízen, que produz açúcar e etanol e é, com a marca

Shell, a segunda maior distribuidora de combustíveis do país; controla a Comgás, distribuidora de gás natural, a Rumo, maior operador logístico de base ferroviária e portuária e também a Moove, fabricante de lubrificantes. Em 2018, teve receita consolidada de R\$ 59,68 bilhões, com lucro líquido de R\$ 1,65 bilhão.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	13/03/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curtas

MP X CSN

O Ministério Público de Minas Gerais recomendou que a CSN promova a remoção voluntária de cerca de 2,5 mil pessoas que moram perto da barragem da mina Casa de Pedra, em Congonhas (MG). Segundo comunicado do MP, a CSN deverá oferecer o pagamento de aluguel de R\$ 1,5 mil para cada núcleo familiar, além de todas as despesas com mudança. "Na ausência de imóveis disponíveis para alocar os moradores, que a empresa disponibilize vagas em hotéis", informa o comunicado.

Inadimplência na CCEE

A liquidação das operações do mercado de curto prazo de energia de janeiro teve inadimplência de 84,1%, ao movimentar R\$ 1,43 bilhão dos R\$ 9 bilhões contabilizados, disse a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Do valor não pago, R\$ 6,97 bilhões estão relacionados com liminares que limitam o risco hidrológico (GSF, na sigla em inglês), mesmo valor da liquidação de dezembro. Outros R\$ 610 milhões representam os valores em aberto da liquidação.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	13/03/2019
Seção:	Finanças
Autor:	Daniela Meibak e Talita Moreira De São Paulo e Brasília
Título:	Petrobras capta US\$ 3 bi no exterior

A Petrobras voltou ao mercado de capitais internacional depois de um ano, e levantou ontem US\$ 3 bilhões com a oferta de títulos que vencem em dez e 30

anos. O dinheiro vai financiar uma recompra de papéis mais antigos e mais caros que será feita pela estatal nas próximas semanas.

A operação terá o efeito prático de reduzir a dívida líquida da companhia, segundo fontes que acompanham o processo. Isso porque, além dos recursos captados ontem, a empresa deve usar caixa para financiar o pagamento de alguns papéis que estão em circulação no mercado.

A Petrobras estabeleceu um teto de US\$ 3,2 bilhões para a recompra de bônus antigos com vencimentos entre 2021 e 2025, mas o **Valor** apurou que esse limite deve ser revisto e poderá ficar acima de US\$ 4 bilhões. Estão em circulação no mercado US\$ 12,4 bilhões desses papéis.

"A captação está em linha com o plano estratégico de desalavancagem da Petrobras e extensão do prazo médio da dívida", diz uma fonte que acompanhou de perto a operação. A companhia tinha dívida líquida de R\$ 268,824 bilhões no fim de dezembro, o equivalente a 2,34 vezes o Ebitda ajustado. Essa relação vem caindo com o processo de desalavancagem em curso na estatal.

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse ontem, num evento em Houston, que pretende transformar a empresa em um produtor de baixo custo. A combinação entre a nova emissão de bônus e a recompra dos títulos, além de alongar, barateia o perfil da dívida da Petrobras.

Na operação de ontem, foram vendidos US\$ 750 milhões na reabertura de uma emissão de bônus feita no ano passado e que vence em 2029. O retorno ao investidor (o "yield") ficou em 5,95% ao ano - abaixo da taxa estimada no início do dia, de 6,05%, e com quase nenhum prêmio sobre os papéis que já estavam em circulação.

A Petrobras também colocou US\$ 2,25 bilhões em bônus que vencem em 2049 e saíram com "yield" de 6,9% ao ano. No início do dia, a taxa indicativa estava um pouco acima de 7%.

Os títulos foram vendidos com custos próximos a operações recentes com características similares. No ano passado, a emissão de dez anos feita em janeiro pela Petrobras teve um prêmio de risco - cálculo feito com a diferença entre o yield e o retorno dos títulos americanos - de 332 pontos-base. Ontem, a oferta saiu a 335 pontos. No caso dos títulos de 30 anos, a última vez que a companhia vendeu papéis com prazo similar foi em 2017 e, na ocasião, o prêmio de risco foi de 400 pontos-base. Ontem, ficou em 390 pontos.

A oferta da Petrobras vem após um começo de ano morno para emissões de bônus de companhias brasileiras e sinaliza que os investidores estão ávidos por

bônus do país - a demanda ultrapassou US\$ 10 bilhões e mais de 400 ordens de compras foram feitas, segundo uma fonte. Antes dessa oferta, a Suzano foi ao mercado externo para captar US\$ 750 milhões em títulos de dez anos, e o BTG Pactual emitiu US\$ 600 milhões em títulos elegíveis a compor o capital de nível 2 do banco.

Embora o mercado internacional permaneça bastante líquido, o volume de ofertas de emissores de países emergentes está aquém do que se viu no mesmo período do ano passado, observa uma fonte que atua na estruturação de emissões externas. Em 2018, até 13 de março, companhias brasileiras captaram US\$ 8,9 bilhões via emissões de bônus - o dobro do captado no mesmo período deste ano.

"As companhias fizeram a lição de casa nos últimos anos na gestão dos passivos. Agora, esperam que a economia volte a crescer para investir e, assim, tomar mais dívida. Por isso, a lentidão do mercado", diz essa fonte.

Outro interlocutor comenta que a liquidez do mercado de capitais local também influencia o baixo volume levantado no exterior. "Muitas empresas emissoras frequentes em dólar hoje consideram o mercado local porque, mesmo quando é necessário swap cambial, o custo está competitivo." Tendo isso em mente, diz essa fonte, o mercado de dívida deve ter um 2019 parecido com o que foi o ano passado: fraco em termos de volume. A expectativa é que sejam levantados em torno de US\$ 15 bilhões até dezembro.

O contexto internacional para países emergentes ainda está positivo, principalmente pela recente postura mais estimulativa dos principais bancos centrais do mundo. O seguro contra calotes do Brasil, medido pelo contrato de CDS ("credit default swap") de cinco anos ficou em 155 pontos-base ontem, menor patamar em cerca de um ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/03/2019

Seção: Finanças

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: PetroRio prepara captação de US\$ 400 milhões na Noruega

A PetroRio pretende levantar US\$ 400 milhões com uma emissão de títulos de dívida na Noruega. A companhia realizará "road shows" com investidores sobre o assunto nas próximas semanas.

Segundo o diretor financeiro da petroleira, Blener Mayhew, os recursos serão destinados para futuras aquisições pela companhia e a novas perfurações previstas nos campos de Polvo e Frade, ambos na Bacia de Campos.

Os papéis terão prazo de vencimento de cinco anos. Apesar disso, de acordo com o executivo, a geração de caixa a partir dos ativos da petroleira permitem a quitação do título em 18 meses.

Em janeiro deste ano, a companhia fechou acordo para a compra da fatia de 51,74% da americana Chevron em Frade. Com a aquisição, a petroleira, que já possuía 18,26% do negócio, passará a ser a operadora do ativo. Em fevereiro, a superintendência-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou a operação.

Os 30% remanescentes em Frade pertencem à Petrobras. A produção atual no campo é de 20 mil barris diários de petróleo.

Com o negócio, a produção total de óleo e gás da PetroRio alcançou 28 mil barris de óleo equivalente (BOE) por dia. E as reservas da empresa passaram a somar 83,6 bilhões de BOE.

Com relação a Polvo, a PetroRio anunciou no mês passado que vai realizar nova campanha de perfuração no campo, com início entre o segundo e o terceiro trimestres deste ano. Serão perfurados até quatro poços. A depender dos resultados, o custo da campanha de perfuração pode chegar a US\$ 60 milhões.

Na ocasião, a empresa anunciou a assinatura de acordo com o banco chinês ICBC para captação de US\$ 60 milhões, com prazo de quatro anos. Existe ainda a possibilidade de parcela adicional de US\$ 60 milhões, de acordo com o resultado da campanha e as condições de mercado.

Além disso, a companhia assinou um contrato com a Finep para uma linha de R\$ 90 milhões com prazo de dez anos, para a revitalização de Polvo. O objetivo é desenvolver tecnologias para o campo, contribuindo para o aumento da produtividade por poço, para o fator de recuperação e para a extensão da vida econômica do ativo.

O presidente da PetroRio, Nelson Queiroz Tanure, sinalizou com a continuidade de aquisições de ativos no setor de óleo e gás natural. "Na frente de aquisições, as principais qualidades que buscamos são segurança e sustentabilidade, olhando oportunidades de crescimento com retornos bastante atraentes para os nossos acionistas", afirmou ele, em nota sobre o resultado da empresa em 2018.

A PetroRio reportou na segunda-feira um lucro líquido de R\$ 204,9 milhões em 2018, com aumento de 300% ante o ano anterior. Na mesma comparação, a receita líquida cresceu 59%, totalizando R\$ 848,9 milhões. O Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) totalizou R\$ 246,9 milhões em 2018, com alta de 87,6%, em relação ao ano anterior.

Segundo Mayhew, o balanço reflete a virada da companhia nos últimos quatro anos. "Estamos em um momento muito bom, com um balanço mais sólido", disse o diretor financeiro.

As ações da empresa subiram 3,35% e fecharam a R\$ 17,60.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/03/2019

Seção: Opinião

Autor: André Tortato Rauen

Título: A hora e a vez das encomendas tecnológicas

Se somarmos as isenções fiscais a pesquisa e desenvolvimento, o desembolso de crédito da Finep e parte do BNDES, o investimento a fundo perdido classificado como de ciência e tecnologia e a contrapartida obrigatória de concessionários de energia e de exploração de gás natural e petróleo, temos, em um ano, algo como R\$ 50 bilhões mobilizados pelo governo federal em apoio à inovação.

Contudo, até as pedras do caminho sabem que não estamos logrando êxito nem em aumentar o desenvolvimento de inovações, nem em garantir aumento de competitividade da empresa brasileira.

Acontece que todo esse elevado montante está sendo executado apenas pelo lado da oferta. Isto é, garantem-se recursos financeiros para que os agentes do sistema de inovação brasileiro ofertem e introduzam inovações que eles decidem desenvolver. Praticamente nada é empregado para garantir mercado consumidor para inovações específicas. Ou seja, não atuamos para fortalecer o lado da demanda.

O mix de instrumentos de fomento à inovação é desbalanceado. Nele, as isenções fiscais para o setor automobilístico e o crédito com enormes exigências têm papel de destaque. É urgente que se atue também pelo lado da demanda e se empreguem recursos para estimular as empresas a inovar por meio da garantia de mercado consumidor às inovações mais radicais. É isso que os Estados Unidos fazem desde a Segunda Guerra e é isso que a Europa e a China passam a fazer em larga escala já na virada do milênio. A internet, o sistema GPS e o robô que está em Marte têm uma coisa em comum: foram feitos a partir do poder de compra do Estado, que criou uma demanda específica e altamente complexa.

Evidentemente, as causas do baixo dinamismo tecnológico nacional vão muito além desse desbalanceamento. Elas estão associadas, dentre outras coisas:

- ao baixo nível de competição em setores de maior complexidade tecnológica (derivada do mercado fechado);
- ao alto custo de oportunidade da inovação (quando a posição da firma está ameaçada, inovar quase nunca é uma alternativa interessante frente a inúmeras outras possibilidades, como lobby, investimento financeiro e importação de tecnologia pronta); e
- ao hostil ambiente de negócios (importar insumos de pesquisa é um martírio, cooperar com universidades e institutos de pesquisa é moroso, trazer profissionais estrangeiros é virtualmente impossível, pagar impostos é complexo e confiar em fornecedores não é trivial).

Essa miríade de obstáculos nos mostra que o volume de recursos é apenas uma parte da questão. A outra está relacionada à necessária reforma estrutural do ambiente de negócios. De fato, se considerarmos a elevação dos recursos destinados ao fomento à inovação ocorrida na última década e a contrastarmos com os resultados, quaisquer que sejam (patentes, produtividade etc), vamos perceber que, além de dinheiro, precisamos de um novo padrão de financiamento que atue sobre um novo ambiente de negócios.

A encomenda tecnológica emprega o esforço em prol de uma demanda clara e real da sociedade

A maneira mais poderosa de transformar a realidade e garantir que investimentos em ciência e tecnologia impactem a vida do contribuinte, independentemente de mudanças no ambiente de negócios, é através da encomenda tecnológica. Instrumento criado em 2004 e recentemente aprimorado pelo novo marco legal de ciência, tecnologia e inovação, essas encomendas dão tratamento adequado ao risco tecnológico e permitem: 1- que a administração pública adquira o esforço de desenvolvimento de soluções que ainda não existem, 2- que o fracasso seja tratado como parte do processo (indesejado, mas provável); 3- que os fornecedores sejam remunerados por meio de contratos de reembolso de custos; e 4- que dois ou mais fornecedores disputem o desenvolvimento da solução, num modelo em funil.

Isso permite, pela primeira vez, que se encomende a vacina do Zika ou uma solução para a despoluição da Baía de Guanabara, por exemplo. No passado

ainda recente, se não houvesse solução disponível no mercado, era preciso que alguém, de alguma forma, a desenvolvesse.

Ou seja, antes, tínhamos de nos contentar com a concessão de bolsas de pesquisa, de crédito, ou a assinatura de convênios na esperança de que algo nesse sentido fosse realizado pelas empresas (nesses instrumentos é difícil determinar, exatamente, o que vai ser entregue). Agora, a administração pública federal pode comprar o esforço exato e necessário para atingir um entregável claro e preciso, mesmo que ele nunca tenha sido feito.

É sempre bom lembrar que a encomenda tecnológica emprega o esforço tecnológico em prol de uma demanda clara e real da sociedade e não é um instrumento de fomento à ciência guiado pela curiosidade. Em que pese a relevância da ciência guiada pela pura curiosidade do cientista (as maiores descobertas da humanidade se deram dessa forma), o Brasil carecia de um instrumento que "empurrasse" o conhecimento científico e tecnológico na direção exata das demandas dos contribuintes. Pela primeira vez temos esse instrumento, mas o mesmo deve atuar em conjunto e não em substituição ao fomento tradicional guiado pela curiosidade científica.

Apesar do sucesso de casos como o do desenvolvimento do avião cargueiro KC-390 pela Embraer, a partir de encomenda da Força Aérea, e do projeto Sirius (novo acelerador de partículas brasileiro), encomendado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a recente confusão que se criou em torno da encomenda do Tribunal de Justiça de São Paulo de uma solução em nuvem junto à Microsoft, posteriormente glosada pelo Conselho Nacional de Justiça - noticiada pelo **Valor** em 22 de fevereiro - mostra que ainda precisamos aprender a utilizar o instrumento.

O caso do TJSP é sui generis por diversas razões. Primeiro, porque trata-se da maior encomenda feita com a nova redação da legislação de inovação (contrato de R\$ 1,3 bilhão). Segundo, porque não está claro se era o caso de empregar uma encomenda e não outra forma de contratação mais tradicional, e, finalmente, porque envolve a proteção de dados pessoais. Exatamente por isso ele precisa ser monitorado e estudado.

Seja como for, é inegável o poder da encomenda tecnológica em chacoalhar a realidade brasileira e, pelo menos, garantir que problemas concretos sejam finalmente solucionados. A realidade brasileira exige que os gestores públicos tentem instrumentos diferentes, que façam escolhas ousadas e, sobretudo, que

busquem um maior impacto dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação.

André Tortato Rauen é doutor em política científica e tecnológica e atualmente é coordenador de Estudos em Estratégias de Crescimento das Firms no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/03/2019

Seção: Poder

Autor: Estelita Hass Carazzai e Reynaldo Turollo Jr.

Título: Lava Jato suspende fundo questionado até por Dodge

Procuradoria em Curitiba queria gerir R\$ 2,5 bi da Petrobras; PGR pede anulação no STF

CURITIBA E BRASÍLIA- Alvo de críticas dentro do próprio Ministério Público, a força-tarefa da Lava Jato em Curitiba pediu a suspensão da criação de um fundo bilionário queria bancar projetos de cidadania e anticorrupção com recursos recuperados da Petrobras.

Em pedido enviado à Justiça Federal nesta terça (12), os procuradores do Ministério Público Federal disseram estar consultando órgãos como a AGU (Advocacia-Geral da União), a CGU (Controladoria-Geral da União) e o TCU (Tribunal de Contas da União), além da Petrobras, “na busca de soluções ou alternativas que eventualmente se mostrem mais favoráveis para assegurar que os valores sejam usufruídos pela sociedade brasileira”.

A criação do fundo, noticiada pela Folha na semana passada, foi criticada por advogados e especialistas em direito, que questionavam o protagonismo do Procuradoria no processo.

Também nesta terça, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, pediu ao STF (Supremo Tribunal Federal) que anule o acordo firmado entre a Lava Jato e a Petrobras.

Pelo acerto, seria criada uma fundação privada, num processo sob coordenação dos procuradores no Paraná, com a participação de entidades da sociedade civil e órgãos do poder público.

A instituição iria gerir recursos de até R\$ 2,5 bilhões, pagos como multa pela Petrobras como parte de um acordo com as autoridades dos Estados Unidos para compensar perdas de acionistas minoritários com os esquemas de corrupção revelados a partir de 2014.

Dodge afirmou que as cláusulas do acordo que resultaria no fundo “deixam bastante evidente o protagonismo de determinados membros da instituição, singularmente os que integram a força-tarefa Lava-Jato Curitiba”.

Para Dodge, os procuradores que o assinaram o acordo extrapolaram suas atribuições constitucionais e legais e violaram preceitos básicos da instituição, como os de representar interesses sociais relevantes, defender os interesses públicos e os princípios fundamentais da democracia.

“Não é possível que órgão do MPF, em decorrência do exercício de suas atribuições funcionais, possa desempenhar atividades de gestão de recursos financeiros de instituição privada, nem definir onde serão aplicados, muitos menos ter à sua disposição um orçamento bilionário”, afirmou.

No STF (Supremo Tribunal Federal), parte dos ministros vê com reservas a criação do fundo. O ministro Marco Aurélio disse a jornalistas, também nesta terça-feira que, em casos semelhantes, envolvendo tribunais de Justiça, tem considerado impróprios medidas desse tipo.

“O Ministério Público atua, como também deve atuar o Judiciário, estritamente a partir do Orçamento. [A mistura de público e privado] Não interessa ao Estado, não interessa ao contribuinte. Isso acaba saindo caro em termos de administração”, afirmou.

“O reparo [dos danos causados pela corrupção] deve ocorrer considerados os prejudicados, e o Ministério Público não foi prejudicado. O que eu penso é que isso revela os tempos estranhos vivenciados, a perda de parâmetros, a colocação em segundo plano de certos valores muito caros à administração pública.” A força-tarefa vinha sustentando que seu papel é apenas de indutor ao dar os primeiros passos para criar a fundação e que a gestão da entidade não seria dela, mas de representantes da sociedade civil.

Em nota nesta terça, os procuradores de Curitiba argumentam que a ideia foi baseada “na melhor experiência nacional e internacional”, para que os recursos fossem empregados “em favor da sociedade brasileira”.

Em entrevista à imprensa, o procurador Roberson Pozzobon disse que a força-tarefa recuou diante de “uma série de considerações” feitas nos últimos dias por diversos órgãos, e afirmou que pretende discutir o assunto e consolidar as sugestões. Para ele, parte das críticas ao fundo foram bem colocadas, mas outras foram “manifestamente injustas, baseadas em fatos totalmente mentirosos, que poderiam ser desconstruídas com a simples leitura do acordo”.

“Nós estamos acostumados a ataques. Mas a operação é transparente, aceita as críticas, reflete sobre elas e busca sempre o aprimoramento, em prol do interesse público”, afirmou.

O pedido dos procuradores ainda precisa ser acatado pelo juiz Luiz Antônio Bonat — que substituiu o ex-juiz Sérgio Moro na Lava Jato.

Os valores depositados pela Petrobras continuam depositados em conta administrada pela Justiça Federal do Paraná.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/03/2019

Seção: Poder

Autor: Mario Cesar Carvalho

Título: Medida é saco de pancadas por dúvida legal, conflito de interesse e pontos obscuros

São Paulo- O fundo de R\$2,5 bilhões virou o saco de pancada da Lava Jato, atacado por um arco que vai de ministros do Supremo ao Tribunal de Contas da União, do senador Renan Calheiros (MDB-AL) à procuradora-geral da República, Raquel Dodge, porque contém aparentes ilegalidades, conflitos de interesse e mais pontos obscuros do que ideias claras.

Por trás do fundo há também um conceito que parece ter ofendido a sensibilidade dos nacionalistas: o de que a Petrobras foi criminosa ao permitir que a corrupção dominasse a estatal, e não vítima, como repete a Lava Jato há cinco anos. Esta é a visão que os EUA, a fonte dos recursos do tal fundo, têm da Petrobras.

A suposta ilegalidade é a previsão de que os procuradores da Lava Jato vão destinar R\$ 1,25 bilhão para um fundo de combate à corrupção criado pela Procuradoria da República no Paraná.

A lei brasileira não prevê que procuradores possam cuidar da destinação de recursos, uma atribuição do Poder Executivo (governos municipais, estaduais e federal).

Tudo bem que os procuradores não vão gerir essa fundação no dia-a-dia. Isso seria feito por um corpo diretivo escolhido por entidades respeitadas, como a Fundação Dom Cabral e a Transparência Internacional. A questão é que procuradores só podem fazer o que está na lei, e a legislação não prevê que eles destinem recursos seja lá para o que for.

Há também um problema ético, de conflito de interesse. A função dos procuradores é investigar e abrir processos contra crimes e irregularidades. Se ele passa a destinar dinheiro para um projeto de combate à corrupção, que isenção teria para processar a entidade que recebeu a verba caso haja desvio de recursos?

Parece um caso clássico de conflito de interesse.

Está certo que a tal fundação, se vier a ser criada, será fiscalizada pelo Ministério Público Estadual, não pelo Ministério Público Federal, órgão do qual fazem parte os procuradores da Lava Jato.

Pode parecer um detalhe, mas quem se dispõe a combater corrupção, como de fato a Lava Jato o fez, não pode permitir nem uma gota de dúvida sobre dilemas éticos.

Um professor da Faculdade de Direito da USP disse à Folha, sob condição de anonimato, que a Lava Jato caiu no problema que ela escancarou nas empreiteiras e na Petrobras com a criação desse fundo: o de falta de governança, de regras éticas claras a serem seguidas.

O objetivo da fundação, descrito no acordo, contém platitudes do tipo “promoção da cidadania”, “aperfeiçoamento das práticas políticas” e “promover a conscientização da população”.

Imagine o que os procuradores da Lava-Jato diriam se encontrasse esses objetivos ao lado da montanha de dinheiro que é o R\$ 1,25 bilhão? Prisão preventiva.

Há ainda o problema do nacionalismo que o fundo despertou, gerando comentários simplórios ou tolos, como o do teólogo Leonardo Boff, que tratou o dinheiro destinado como “propina milionária” para a Lava Jato.

O fundo foi criado a partir da multa que a Petrobras pagou ao Departamento de Justiça dos EUA, o equivalente ao ministério brasileiro.

Os americanos concordaram em devolver 80% da multa (US\$ 682 milhões), porque o acordo usou contra a Petrobras as informações que a Lava Jato levantara sobre corrupção na estatal.

Os US\$ 682 milhões (cerca de R\$ 2,6 bilhões) teriam uma dupla destinação: metade iria para a fundação da Lava Jato, metade para um fundo para ressarcir investidores minoritários da estatal.

Para o Departamento de Justiça, a Petrobras lesou os investidores americanos ao não criar controles que evitassem o saque da estatal.

Como a Petrobras é controlada pelo Estado brasileiro, os americanos não viam sentido em retornar parte da multa para o governo.

O problema da fundação da Lava Jato é que no Brasil já existe um fundo gerido pelo Ministério da Justiça que recebe recursos desviados, chamado de Fundo de Defesa de Direitos Difusos.

A Lava Jato tem críticas sérias a esse fundo, de que ele é gerido de maneira amadora e não consegue gastar nem 0,5% do que tinha em caixa em 2017. Se é esse o problema, por que a Lava Jato e o ministro Sergio Moro (Justiça) não atacam o problema do fundo que não funciona?

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/03/2019

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt, Fernanda Guimarães

Título: » Sob nova direção.

Coluna do broadcast

Habitué do mercado de dívida externa, a Petrobrás demonstrou conservadorismo em sua primeira emissão de bônus feita na nova gestão de Roberto Castello Branco. A indicação de rigidez na gestão de seu passivo foi clara na oferta. Mesmo à frente de mais de US\$ 10 bilhões postos sobre a mesa pelos investidores estrangeiros, a Petrobrás optou por tomar somente os US\$ 3 bilhões que devem ser o necessário para recomprar parte do passivo que carrega em bônus emitidos lá fora. Em paralelo à oferta, a companhia anunciou recompra de bônus com vencimento entre 2021 e 2025, que somam US\$ 3,2 bilhões.

» Nem parece. Normalmente, qualquer empresa com o estofo da Petrobrás aproveitaria essa demanda para levar pelo menos US\$ 1 bilhão extra. No caso da petroleira, a captação "justa" chama ainda atenção pelo histórico da empresa no mercado externo. Ainda que a petroleira tenha captado menos nos anos após a Lava Jato, os bônus da estatal figuram entre os de maior peso nas carteiras emergentes.

» Caiu e estabilizou. A inadimplência recuou 1,4% no período de 12 meses encerrados em fevereiro na comparação com igual período antecedente, segundo levantamento da Boa Vista. Quando comparado com fevereiro de

2018, o indicador recuou 6,1%. Para a Boa Vista, fevereiro sinaliza a estabilização do calote no País.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/03/2019

Seção: Metrópole

Autor: Luciana Garbin ENVIADA ESPECIAL/ ANTÁRTIDA

Título: Estação antártica funcionará como uma minicidade

Com cerca de 90% das obras prontas, base brasileira tem sistemas de produção de energia e de tratamento de água, lixo e esgoto

Domingo e segunda-feira foram dias de faxina na nova Estação Antártica Comandante Ferraz. Com cerca de 90% da obra pronta, a base de 4,5 mil m² destinada principalmente a pesquisadores e militares já está nos acabamentos. Parte dos contêineres que atrapalhavam a paisagem quando o Estado a visitou, há duas semanas, foi retirada e acabaram de ser entregues o parque de tanques de óleo, o heliponto e o local de guarda de materiais de mergulho. "Vamos em breve iniciar o comissionamento de toda a estação", explica o responsável pela construção, Geraldo Juaçaba.

Isso significa examinar e calibrar os sistemas hidráulico, elétrico, de segurança, de automação, de reabastecimento e de tratamento de água e esgoto. A estação está sendo preparada para funcionar como minicidade, com direito a plano diretor, com definições do que pode ou não ser feito nos arredores e em toda a Península Keller. "Onde tem musgo, por exemplo, não pode construir. Local com ninho de ave também é vetado para obras", explica Cristina Engel, coordenadora do projeto Arquiantar.

Segundo ela, a nova estação reúne tecnologias já testadas em bases de outros países. Serviram de inspiração a indiana Bharati, a americana Amundsen Scott, a belga Princess Elizabeth, a alemã Neumayer III, a inglesa Halley VI e a espanhola Juan Carlos. Alguns modelos foram mantidos da base brasileira anterior, destruída pelo fogo em 2012. O sistema de esgoto permite eliminar 90% dos dejetos com aquecimento, aeração e decomposição por bactérias. A água suja é bombardeada com raios ultravioleta.

Já as chamadas águas cinzas, de chuveiro, tanque e máquina de lavar, passam por filtragens até poderem ser reaproveitadas em vasos sanitários e limpeza. O Brasil também já tinha experiência com resíduos sólidos. Na Antártida, a maior parte do lixo é incinerada para que não tenha de ser levada de volta ao País, o que custa caro. "É o lixo mais caro do mundo", resume Cristina. A estação terá um sistema inovador de energia: uma central de inteligência capaz de gerenciar

os sistemas eólico, fotovoltaico, a diesel e de cogeração, que usa todo o calor produzido para aquecimento.

Ensinar o grupo que mantém a estação a usá-lo será uma das tarefas. Além de 16 militares brasileiros, ficarão na base no inverno 25 chineses da construtora Ceiec, que ganhou a concorrência internacional da obra. Outros 185 vão embora dia 5. O entulho também será levado de navio, assim como veículos, contêineres e guindastes.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/03/2019

Seção: Internacional

Autor: LUIZ RAATZ, COM BLOOMBERG, AFP e EFE CARACAS

Título: Chavismo acusa Guaidó de sabotar rede elétrica

MP investigapositor por apagão, que chega ao sexto dia com menor extensão; jornalista é detido por várias horas, suspeito de causar blecaute

Ainda sem solucionar o blecaute que deixou a maior parte da Venezuela às escuras desde a semana passada, o governo do presidente Nicolás Maduro indiciou ontem o líder opositor Juan Guaidó por "sabotagem" do sistema elétrico, sem apresentar provas. O chavismo também deteve por várias horas um jornalista crítico ao governo e tentou relacioná-lo ao apagão, em meio a ameaças de novas sanções dos Estados Unidos. O indiciamento de Guaidó foi anunciado pelo procurador-geral da República Tarek William Saab.

Outras autoridades chavistas tentaram vinculá-lo, sem provas, ao apagão, que ontem entrou no seu sexto dia com relatos de saques na cidade de Maracaibo, a segunda maior da Venezuela. Guaidó já responde a um processo de incitação à violência, mas o chavismo não agiu contra ele nem quando o presidente da Assembleia desafiou uma proibição de saída do país, em virtude das ameaças da Casa Branca de que haveria "consequências" se o governo prendesse o líder opositor, que se declarou presidente interino do país em janeiro.

Logo após o indiciamento, Guaidó convocou seus partidários às ruas para protestar contra Maduro. "Hoje, mais uma vez, a Venezuela está nas ruas para exigir a volta da democracia", disse. Ainda ontem, o enviado dos Estados Unidos para a Venezuela, Elliot Abrams, afirmou que novas sanções pesadas contra o país devem ser anunciadas nos próximos dias, até mesmo contra o setor financeiro venezuelano. "Se Guaidó for preso, os Estados Unidos atuarão com rapidez", afirmou.

Segundo o ministro da Informação venezuelano, Jorge Rodríguez, a rede elétrica está quase restabelecida e o fornecimento de água será normalizado. Caracas

começou a sofrer com a falta d'água na segunda-feira, quando o equipamento que bombeia água dos mananciais para a cidade parou de funcionar pela falta de **Energia**. Ontem, diversos moradores tiveram de caminhar até o Monte Ávila, que circunda a cidade, em busca de nascentes de água potável para encher galões. Cerco à imprensa. Pela manhã, o Serviço Bolivariano de Inteligência (Sebin) prendeu o jornalista venezuelano Luis Carlos Diaz e fez buscas em sua casa, depois de o líder chavista Diosdado Cabello tê-lo acusado de participar da suposta sabotagem. Ele foi solto à noite.

É o terceiro caso em menos de um mês de prisão de jornalistas no país, que se soma às deportações dos repórteres americanos Cody Weddle e Jorge Ramos. Diaz foi preso quando voltava para casa de bicicleta da Rádio Unión, onde trabalha e mantinha um programa matinal com críticas a Maduro que foi censurado há duas semanas, segundo o Sindicato Nacional de Trabalhadores de Imprensa (SNTIP). Ele foi levado para o Helicóide, a sede do Sebin. A Unión Radio, para o qual o jornalista trabalha, confirmou a libertação de Diaz, citando o ministro de Comunicação e Informação, Jorge Rodríguez.

A prisão de Diaz, também ativista pelos direitos humanos, mobilizou o Sindicato dos Jornalistas, que reuniu mais de 300 pessoas em Caracas, e atraiu indignação internacional. Segundo Cabello, Diaz seria um "hacker" que teria ajudado a derrubar as turbinas da Hidrelétrica de Guri, construída em 1978 e a segunda maior da América Latina. O chavista não apresentou nenhuma evidência da acusação. Em seu programa de rádio, Diaz tecia críticas diárias ao chavismo. Procurado, o Ministério das Comunicações da Venezuela não retornou os contatos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 13/03/2019

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: SOL EM DIFERENTES PLANOS

Mercado Aberto

A Engie vai investir ao menos R\$ 50 milhões em geração solar nos próximos meses.

A empresa oferecerá contratos de “fazendas” para um só cliente que assinará compromissos de cerca de dez anos e em comunidades. Neste modelo, consumidores menores poderão firmar compras mais curtas, de cerca de três anos.

Esse tipo de fornecimento de Energia é vinculado ao arrendamento de um terreno que fica na mesma área de concessão dos clientes.

“A demanda muda de acordo com as tarifas das diferentes distribuidoras. Em Minas Gerais, o preço da conta de luz faz com que a busca seja alta”, diz Leonardo Serpa, diretor de soluções da Engie.

O custo de instalação dos painéis tem caído, mas os equipamentos flutuam com o dólar, segundo ele.

com Igor Utsumi, Ivan Martínez-Vargas e Paula Soprana

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 13/03/2019

Seção: Poder

Autor: Mario Cesar Carvalho

Título: Medida é saco de pancadas por dúvida legal, conflito de interesse e pontos obscuros

São Paulo- O fundo de R\$2,5 bilhões virou o saco de pancada da Lava Jato, atacado por um arco que vai de ministros do Supremo ao Tribunal de Contas da União, do senador Renan Calheiros (MDB-AL) à procuradora-geral da República, Raquel Dodge, porque contém aparentes ilegalidades, conflitos de interesse e mais pontos obscuros do que ideias claras.

Por trás do fundo há também um conceito que parece ter ofendido a sensibilidade dos nacionalistas: o de que a Petrobras foi criminosa ao permitir que a corrupção dominasse a estatal, e não vítima, como repete a Lava Jato há cinco anos. Esta é a visão que os EUA, a fonte dos recursos do tal fundo, têm da Petrobras.

A suposta ilegalidade é a previsão de que os procuradores da Lava Jato vão destinar R\$ 1,25 bilhão para um fundo de combate à corrupção criado pela Procuradoria da República no Paraná.

A lei brasileira não prevê que procuradores possam cuidar da destinação de recursos, uma atribuição do Poder Executivo (governos municipais, estaduais e federal).

Tudo bem que os procuradores não vão gerir essa fundação no dia-a-dia. Isso seria feito por um corpo diretivo escolhido por entidades respeitadas, como a Fundação Dom Cabral e a Transparência Internacional. A questão é que

procuradores só podem fazer o que está na lei, e a legislação não prevê que eles destinem recursos seja lá para o que for.

Há também um problema ético, de conflito de interesse. A função dos procuradores é investigar e abrir processos contra crimes e irregularidades. Se ele passa a destinar dinheiro para um projeto de combate à corrupção, que isenção teria para processar a entidade que recebeu a verba caso haja desvio de recursos?

Parece um caso clássico de conflito de interesse.

Está certo que a tal fundação, se vier a ser criada, será fiscalizada pelo Ministério Público Estadual, não pelo Ministério Público Federal, órgão do qual fazem parte os procuradores da Lava Jato.

Pode parecer um detalhe, mas quem se dispõe a combater corrupção, como de fato a Lava Jato o fez, não pode permitir nem uma gota de dúvida sobre dilemas éticos.

Um professor da Faculdade de Direito da USP disse à Folha, sob condição de anonimato, que a Lava Jato caiu no problema que ela escancarou nas empreiteiras e na Petrobras com a criação desse fundo: o de falta de governança, de regras éticas claras a serem seguidas.

O objetivo da fundação, descrito no acordo, contém platitudes do tipo “promoção da cidadania”, “aperfeiçoamento das práticas políticas” e “promover a conscientização da população”.

Imagine o que os procuradores da Lava-Jato diriam se encontrasse esses objetivos ao lado da montanha de dinheiro que é o R\$ 1,25 bilhão? Prisão preventiva.

Há ainda o problema do nacionalismo que o fundo despertou, gerando comentários simplórios ou tolos, como o do teólogo Leonardo Boff, que tratou o dinheiro destinado como “propina milionária” para a Lava Jato.

O fundo foi criado a partir da multa que a Petrobras pagou ao Departamento de Justiça dos EUA, o equivalente ao ministério brasileiro.

Os americanos concordaram em devolver 80% da multa (US\$ 682 milhões), porque o acordo usou contra a Petrobrasas informações que a Lava Jato levantara sobre corrupção na estatal.

Os US\$ 682 milhões (cerca de R\$ 2,6 bilhões) teriam uma dupla destinação: metade iria para a fundação da Lava Jato, metade para um fundo para ressarcir investidores minoritários da estatal.

Para o Departamento de Justiça, a Petrobras lesou os investidores americanos ao não criar controles que evitassem o saque da estatal.

Como a Petrobras é controlada pelo Estado brasileiro, os americanos não viam sentido em retornar parte da multa para o governo.

O problema da fundação da Lava Jato é que no Brasil já existe um fundo gerido pelo Ministério da Justiça que recebe recursos desviados, chamado de Fundo de Defesa de Direitos Difusos.

A Lava Jato tem críticas sérias a esse fundo, de que ele é gerido de maneira amadora e não consegue gastar nem 0,5% do que tinha em caixa em 2017. Se é esse o problema, por que a Lava Jato e o ministro Sergio Moro (Justiça) não atacam o problema do fundo que não funciona?

VEÍCULO: O Globo

Data: 13/03/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Que coisa feia, Petrobras

A Transpetro foi multada em R\$ 7 milhões pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea), pelo vazamento de petróleo bruto de um duto em Magé, na Baixada Fluminense. Foi em dezembro de 2018, atingindo solo e área de mangue, além do Rio Estrela, um afluente da Baía de Guanabara.

VEÍCULO: O Globo

Data: 13/03/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ

Título: Para analistas, setor precisa de mudança estrutural

Uso de termelétricas a custo maior e obrigação de comprar Energia para honrar contratos encarecem a conta, dizem especialistas

Enquanto o setor elétrico não passar por mudanças estruturais, o consumidor deve continuar a arcar com reajustes na conta de luz bem acima da inflação, segundo analistas. As principais causas para os aumentos têm sido o uso de

termelétricas, que têm custo maior de geração de Energia, e o chamado risco hidrológico.

Quando chove pouco, as hidrelétricas são obrigadas a comprar Energia no mercado livre, que tem preços mais altos, para honrar contratos. A conta dessa fatura é estimada em R\$ 22 bilhões este ano, e a maior parte do montante é transferido ao consumidor. No caso do Estado do Rio, outro fator que pesa na tarifa é o volume elevado de furto de Energia.

Para o presidente da consultoria Thymos Energia, João Carlos Mello, a solução para o entrave no setor é construir termelétricas que operem na chamada base do sistema, ou seja, funcionem o ano inteiro. Elas teriam custo inferior às do modelo atual, acionadas apenas quando cai o nível de água dos reservatórios das hidrelétricas.

— Desde 2013, os reservatórios estão muito abaixo da média. Sem termelétricas na base, só resta rezar para São Pedro — afirmou Mello.

Na avaliação de Christopher Vlavianos, presidente da Comerc Energia, empresa que atua no mercado livre, a conta do próximo ano pode ficar ainda mais salgada, pois deve refletir o aumento do custo da Energia previsto para este ano. Ele espera que a bandeira tarifária, mecanismo que repassa ao consumidor uma sobretaxa toda vez que é preciso acionar usinas termelétricas, deve ficar vermelha de abril a agosto.

— A tendência é que o custo da Energia com as termelétrica se o risco hidrológico continuem a pressionar as tarifas. A conta vai ser paga no ano que vem — disse Vlavianos.

O especialista avalia que incluir o custo do furto de Energia na tarifa pode não ser a melhor solução: — É sabido que existe esse problema no Estado do Rio, mas uma parte dos furtos não está em áreas de risco, mas em localidades de gente que pode pagar. Com as contas mais caras, e o Rio ainda tem um dos percentuais de ICMS mais elevados no país, isso incentiva a não pagar.

CUSTO DA COMPRA DE Energia

Segundo a Light, o custo com a compra de Energia foi a principal causa do aumento da tarifa. A distribuidora destacou ainda o aumento de 15% do dólar em relação a março do ano passado, que afeta as despesas projetadas para os próximos 12 meses para Itaipu e para a UTE Norte Fluminense, onde a Light compra parcela significativa da Energia. Para a Enel Rio, a compra de Energia e os encargos setoriais foram os principais responsáveis pelo reajuste.

VEÍCULO: O Globo**Data: 13/03/2019****Seção: Economia****Autor: MANOEL VENTURA****Título: Reajustes nas alturas**

Tarifa da Light terá alta de 11,52%, e a da Enel, de 9,72%. Em 5 anos, luz subiu mais no estado do que no país

BRASÍLIA-A conta de luz do carioca ficará mais cara. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem uma alta de 11,52% para as tarifas dos consumidores residenciais da Light. O reajuste é mais um aumento no histórico de disparada nos preços da Energia.

Nos últimos dez anos, a fatura paga pelo carioca mais que dobrou. De 2009 até agora, a tarifa da Light saltou 105,9%, percentual muito acima da inflação do período, de 71%. O histórico do reajuste para a empresa surpreendeu até o diretor da Aneel responsável pelo processo neste ano, Efraim da Cruz.

— Chama atenção e salta aos olhos. Não lembro de ter passado nenhum reajuste que tenha ficado tão acima dos índices inflacionários nos últimos anos — afirmou o diretor.

O consumidor padrão da Light, que gasta 200 kWh (quilowatts-hora) por mês, veria sua conta mensal aumentar R\$ 17,27, passando de R\$ 149,69 para R\$ 166,96 com o reajuste, segundo cálculos da distribuidora.

A Aneel também aprovou um aumento para os clientes da Enel Distribuição Rio, que atende Niterói, Região dos Lagos e o Norte Fluminense. A alta será de 9,72%. Os reajustes entram em vigor na próxima sexta-feira para as duas empresas. Para os consumidores industriais da Light, o aumento médio será de 10,2%. No caso da Enel Rio, esse grupo de consumidores terá uma alta de 9,65% nas suas tarifas.

As contas de Energia do consumidor do Rio de Janeiro têm subido acima da inflação e da média nacional das tarifas nesta década. Nos últimos cinco anos, as contas da Enel deram um salto de 75%. Já as tarifas da Light, nesse mesmo período, subiram 65%. Por outro lado, a inflação oficial e a média nacional ficaram bem abaixo desses percentuais. Enquanto o número do aumento médio para todo o país foi de 47%, a inflação do período medida pelo IPCA ficou em 32%.

A diretora da Aneel Elisa Bastos reconheceu que as contas de luz estão altas e afirmou ser preciso um esforço dos governos para baixar os preços:

— Agente tem que se comprometer com o esforço de conter a alta das tarifas de Energia elétrica. Isso é insumo básico para todas as atividades da sociedade. Esse esforço não pode ser só da Aneel, mas dos governos estaduais e federais.

Quando a conta chega ao consumidor, ele paga pela compra da Energia (custos repassados às usinas), pela transmissão (custos da transmissora responsável pelo transporte da eletricidade) e pela distribuição (serviços prestados pela distribuidora), além de subsídios e impostos. Na tarifa da Light paga pelo cliente, 35,3% são para impostos; 30,5%, para compra de Energia; e 12,3%, para encargos. Ficam com a distribuidora, de fato, 15,1% da receita.

Em razão do tempo seco, comprar Energia ficou mais caro. A falta de chuvas e o baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas registrados no ano passado contribuíram para a alta nas tarifas em 2019. Sem chuvas, foi preciso acionar mais termelétricas (que são mais caras que as hidrelétricas) para garantir o suprimento. Parte dessa conta adicional ficou para ser paga este ano.

— O custo de aquisição de Energia está alto. Nós temos Energia. O problema é o custo. Precisamos de ações concretas para reduzir o custo de Energia —disse o diretor-geral da Aneel, André Pepitone.

Além disso, só de subsídios — que cobrem programas do governo no setor elétrico, como o Luz para Todos e descontos nas tarifas para usuários de baixa renda —, os clientes de todo o Brasil pagarão R\$ 17 bilhões nas contas de luz em 2019. Tudo é repassado para as contas de luz.

Pesou ainda no reajuste da Light a alta dos custos de distribuição. A Light atende a 4 milhões de clientes localizados em 31 municípios do Rio de Janeiro, principalmente na região metropolitana.

IMPACTO DO FURTO DE Energia

No caso da Enel, pesou nata-rifa um novo cálculo de percentual de perdas não técnicas, que são os furtos de Energia, os chamados “gatos”. Os percentuais foram decididos pela Aneel ontem. O órgão define para todas as empresas um índice de furtos e perdas considerado aceitável. Dentro desse índice, o valor das perdas é pago pelos consumidores. No caso da Light, as perdas, que são elevadas, já haviam sido incorporadas às tarifas dos usuários.

A Enel teve o valor das perdas recalculado agora porque seu ciclo de revisão tarifária acaba de ser concluído. As empresas alegam que não conseguem entrar em áreas de risco para fazer reparos na rede e fiscalizações de cobrança.

Representante do conselho de consumidores da Enel, Fabiano Silveira reclamou da alta das tarifas, durante a reunião da Aneel: — Quanto maior for o reajuste,

maior será a inadimplência, por conta da capacidade financeira do consumidor de arcar com sua fatura de Energia. Estamos ficando incapacitados de pagar a nossa fatura.

VEÍCULO: O Globo

Data: 13/03/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Idas e vindas do fundo criado pelos procuradores

> A força-tarefa da Lava-Jato em Curitiba negociou com a Petrobras a criação de um fundo privado para aplicar uma verba de R\$ 2,5 bilhões em ações anticorrupção.

> A Câmara dos Deputados decide acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal de Contas da União (TCU) contra a decisão. O dinheiro é fruto de um acordo entre a Petrobras e autoridades dos Estados Unidos.

> A procuradora-geral da República, Raquel Dodge ingressou ontem com uma ação no STF contra o acordo feito entre o MPF no Paraná e a Petrobras.

> A força-tarefa suspendeu os procedimentos para criar o fundo privado.

VEÍCULO: O Globo

Data: 13/03/2019

Seção: O País

Autor: THIAGO HERDY

Título: Dinheiro não é ressarcimento para estatal

Contexto

Acordos de colaboração premiada e de leniência celebrados com fornecedores e ex-funcionários da Petrobras acusados de corrupção resultaram na devolução de valores diretamente à própria estatal, por decisão da Lava-Jato, e celebrados em eventos públicos. O primeiro repasse ocorreu em maio de 2015: foram depositados na conta da estatal R\$ 157 milhões do acordo com o ex-gerente da área de serviços da Petrobras Pedro Barusco, o primeiro delator e funcionário da empresa na Lava-Jato. Também em 2015, retornaram outros R\$ 69 milhões pagos pelo mesmo delator e R\$ 70 milhões que tinham sido desviados pelo ex-diretor Paulo Roberto Costa.

Nos anos seguintes, o valor de reembolsos aumentou: em 2016, foram R\$ 204,2 milhões; em 2017, R\$ 653,9 milhões; e em 2018, R\$ 1,034 bilhão. A estatal tem autonomia para definir ações e formas de aplicação dos recursos.

Os valores que retornaram à Petrobras são tímidos perto do cálculo total de ressarcimento previsto pela Lava-Jato (acordos e multas): R\$ 40,3 bilhões. A lei prevê que valores de multa só podem ser repassados às vítimas diretas de crimes quando não há mais possibilidade de recurso processual. Por isso, a maior parte do que foi devolvido até aqui tem como origem a repatriação do exterior.

Quando estava à frente das ações da Lava-Jato, o então juiz Sergio Moro autorizou a liberação de valores de contas judiciais para custear despesas básicas da Superintendência da Polícia Federal em Curitiba. Os repasses garantiram a continuidade da operação e a autonomia da unidade policial nos momentos mais turbulentos das investigações.

No Rio de Janeiro, a Lava-Jato celebrou parcerias com o governo estadual para direcionar valores recuperados à segurança pública e à reforma de seis escolas estaduais. Pelo menos R\$19 milhões pagos em multas por diretores da joalheria H. Stern foram reservados para escolas.

O direcionamento é semelhante ao que o Ministério Público Federal (MPF) em Curitiba planejava com a criação de um fundo privado gerido pela sociedade civil, agora suspenso. Ao contrário dos outros casos aqui citados, o fundo não seria constituído por recursos de multa ou ressarcimentos à estatal, mas por valores pagos pela própria Petrobras ao governo dos EUA, em função de fraudes. Portanto, o dinheiro pertence aos EUA. Não há precedente nem referência regulatória direta para recebimento de recursos do tipo no Brasil.

VEÍCULO: O Globo

Data: 13/03/2019

Seção: O País

Autor: CLEIDE CARVALHO E VINICIUS SASSINE SÃO PAULO E BRASÍLIA

Título: De pedra a vidraça

Após críticas, Lava-Jato recua da criação de fundação para gerir R\$ 2,5 bi da Petrobras

Em meio a questionamentos da Procuradoria-Geral da República (PGR), da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União (TCU), a força-tarefa da Lava-Jato recuou e anunciou ontem a suspensão dos trâmites para criação de uma fundação privada para gerir um fundo de até R\$ 2,5 bilhões. O dinheiro,

segundo os procuradores, seria destinado a financiar projetos de combate à corrupção e promoção da cidadania no Brasil.

Esses recursos tiveram origem numa multa negociada pela Petrobras com o Departamento de Justiça (DOJ) e a Securities and Exchange Commission (SEC) dos Estados Unidos. A estatal fechou um acordo com a Justiça americana, em setembro do ano passado, para encerrar as investigações sobre corrupção na empresa.

Segundo o Ministério Público Federal (MPF) em Curitiba, as autoridades americanas decidiram devolver ao Brasil 80% do valor da multa desde que o dinheiro não fosse revertido para a própria estatal.

O pedido de suspensão da criação do fundo foi encaminhado à 13- Vara Federal de Curitiba, que chegou a homologar o acordo entre o MPF e a Petrobras, em janeiro último.

O recuo ocorreu depois de a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, ter decidido questionar a decisão no Supremo Tribunal Federal (STF). Num gesto pouco usual, o que revela a amplitude das críticas à fundação desenhada por Deltan Dallagnol e seus colegas de força-tarefa, Dodge ingressou ontem com uma ação no STF contra o acordo.

CONTESTAÇÃO

Na avaliação dela, o trato viola a Constituição. Dodge pediu ao Supremo uma decisão em caráter liminar para suspender o acordo. O relator será o ministro Alexandre de Moraes. A procuradora afirma na ação que os procuradores não têm poderes legais e constitucionais para assinar um acordo de natureza administrativa.

Ela aponta na ação "lesão a direitos fundamentais e estruturantes da República do Brasil" e alega que não teriam sido preservadas a separação dos poderes e as funções essenciais à Justiça.

Diante da ação da PGR, a força-tarefa em Curitiba se antecipou. Antes de vir a público a ação de Dodge, preparada desde segunda-feira, os procuradores de Curitiba anunciaram o recuo. A ação, elaborada na PGR desde anteontem, foi assinada por Dodge às 17h28 desta terça. O comunicado da força-tarefa em Curitiba, no qual anuncia a desistência da fundação privada, foi publicado no site da instituição às 15h30.

Integrantes do MPF têm autonomia funcional, ou seja, não existe uma hierarquia. A procuradora-geral da República, no entanto, é a autoridade máxima da instituição.

Ao anunciar a suspensão dos trâmites para criar a fundação, cujo estatuto seria formulado por pessoas indicadas por 11 entidades da sociedade civil, o MPF em Curitiba afirmou que buscou "a melhor solução jurídica para que os recursos possam ficar no Brasil e ser empregados em favor da sociedade brasileira".

A força-tarefa disse ainda que, "diante do debate social" sobre o destino dos recursos, está em diálogo com outros órgãos na busca de soluções ou alternativas "que eventualmente se mostrem mais favoráveis para assegurar que os valores sejam usufruídos pela sociedade brasileira". O procurador Deltan Dallagnol não se pronunciou. Anteontem, ao justificar a criação do fundo, Dallagnol argumentou que o esquema de corrupção na Petrobras prejudicou a sociedade brasileira, e não a União.

O subprocurador geral do TCU, Lucas Furtado, também representou contra o acordo.

Na sua avaliação, aparte do dinheiro que ficou nos EUA foi entregue ao Tesouro daquele país, por isso, segundo a representação, no Brasil deveria ocorrer o mesmo.

Pela manhã, também o secretário-geral da Câmara dos Deputados, Leonardo Augusto Barbosa, afirmou que a Casa entraria no STF e no TCU para questionar a criação do fundo.

No acordo entre a Petrobras e o MPF, parte do valor seria administrada por uma fundação privada e parte seria usada para ressarcir acionistas da estatal que reclamam prejuízos na Justiça em decorrência do esquema de corrupção. Diz o documento: "Conforme previsto no acordo com a SEC e DOJ, na ausência de acordo com Ministério Público federal, 100% do valor acordado com as autoridades norte-americanas será revertido integralmente para o Tesouro norte-americano", diz o trato dos procuradores com a estatal brasileira.

MME / ASCOM .